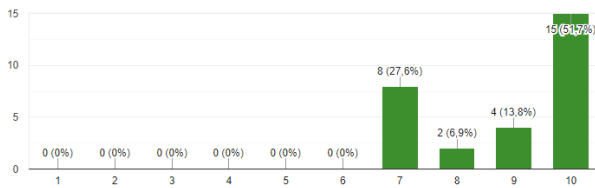


## MAT EQUIPE 1:

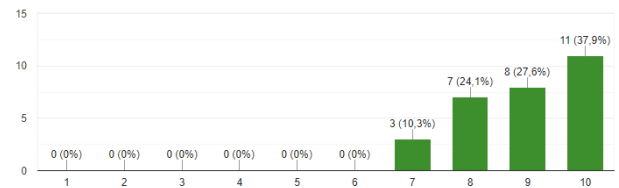
No trabalho da Equipe 1, foram adequados os elementos (acontecimentos) do caso relacionados às matérias de TGC?

29 respostas



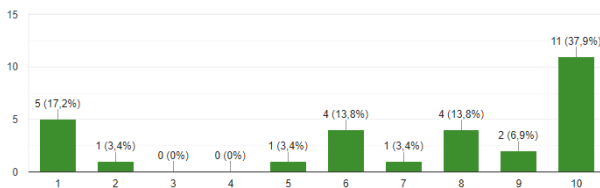
No trabalho da Equipe 1, as citações de autores realmente ajudam a compreender o caso e as matérias de TGC??

29 respostas



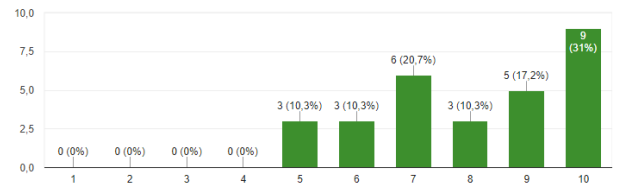
No trabalho da Equipe 1, as citações de jurisprudência são coerentes com os elementos do caso e as matérias de TGC?

29 respostas



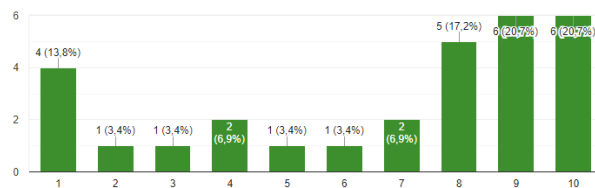
O material produzido pela Equipe 1 ficou agradável/bom de ser visto/lido/compreendido?

29 respostas



O material produzido pela Equipe 1 apresenta algo inovador ou diferente?

29 respostas



Avaliação	12,5 (colegas) + 12,5 (professora) = 25,0 20% Direito de Erro	16,91 +3,38 = 20,3
Colegas	8,90 + 8,93 + 7,00 + 8,07 + 6,76 = 39,66 x 0,25	9,91
professora	<p>A equipe classificou <i>mora accipiendi</i> como sendo da Embraer e <i>mora solvens</i> como sendo da Boeing (slide 6) = <b>todavia</b> há confusão entre os sujeitos contratuais e os sujeitos obrigacionais. A Embraer e a Boeing são sujeitos contratuais, mas em algumas obrigações a Embraer é credora e a Boeing é devedora, enquanto que em outras obrigações a Boeing é credora e a Embraer é devedora.</p> <p>A equipe escreveu “prestação monetária da BOEING... a BOEING atrasou repetidamente o acordo pré-contratual” (slide 8). <b>Todavia</b> não houve atraso na obrigação de <b>pagar dinheiro</b> (o preço de U\$ 4,2 bilhões deveria ser pago depois da assinatura final da compra); houve atrasos em outras obrigações do contrato preliminar (MTA – início de 2019).</p> <p>A equipe escreveu “<b>OBRIGATORIEDADE DOS CONTRATOS NA FASE PRÉ CONTRATUAL:</b> O direito a danos da empresa Embraer parte também do principio da obrigatoriedade dos contratos” (slide 9) = <b>todavia</b> não há obrigatoriedade na fase pré-contratual (a fase pré-contratual das negociações preliminares no caso Embraer-Boeing ocorreu de 2017 a 2018); no início de 2019 foi assinado contrato preliminar (MTA) para o contrato definitivo</p>	<p>9 erros x 0,5 = 4,5</p> <p>Cópia - 1,0</p> <p>12,5 - 4,5 - 1,0 = 7,0</p>

de compra que seria efetivado em abr/2020 e criação da joint venture. A obrigatoriedade existe na fase contratual (preliminar=pré-contrato ou definitivo) e pós-contratual.

A equipe escreveu

-“Pela violação do princípio da boa fé objetiva na fase negocial ?, empresa Boeing ocorrendo na teoria da culpa “in contrahendo”, entendendo-se, que a ré?, tendo criado na outra a convicção, razoável, de que o contrato seria formado, rompe intempestivamente as negociações” (slide 9)

- “NEGOCIAÇÕES PRELIMINARES ... a BOEING negou-se a efetivar a realização do contrato de compra e venda” (slide 11)

- “O PRÉ-CONTRATO... as empresas estabelecem um pré-contrato, que possui como prestação a realização do contrato definitivo” (slide 12)

= **Todavia** a equipe mistura negociações preliminares com pré-contrato. A Boeing **não interrompeu as negociações preliminares**, mas sim **descumpriu o contrato preliminar** (MTA) firmado no início de 2019, pelo qual se obrigou a fazer os contratos definitivos: compra dos 80% da Embraer em abr/2020 e depois criação da joint venture para produzir o C-390.

A equipe escreveu “RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL Como ocorrido segundo a empresa Embraer, a Boeing rompeu sem justificativas o pré-contrato” (slide 10) = **todavia** mais uma vez há confusão entre **fase pré-contratual = sem contrato com pré-contrato = contrato preliminar da fase contratual**

A equipe escreveu “Há também **recusa injustificada de contratar** que se refere ao **rompimento** injustificado do contrato por uma das partes” (slide 10). **Todavia** recusar de contratar=desistir (ainda não há contrato) enquanto que romper=descumprir (já há contrato).

A equipe escreveu “a Boeing rescindiu **indevidamente** o contrato, ou seja, **sem justificativas**. Por isso, afirma-se que houve uma **recusa injustificada** pela parte da Boeing” (slide 10) e depois escreveu “a BOEING alegou que não iria realizar o contrato principal **por atraso** nas ações da EMBRAER” (slide 12). A equipe **mistura ideias/conceitos**. A Boeing alega que a Embraer não cumpriu todas as obrigações do contrato preliminar (MTA) e a própria Embraer afirma que “detalhes mínimos do contrato” teriam se tornado “problemas insolúveis.

A equipe escreveu “firma-se o contrato e caracteriza-se a **FASE CONTRATUAL**, a qual se encerra após o adimplemento das obrigações relativas ao contrato” (slide 13). **Todavia** muitas das **obrigações** contratuais são **cumpridas na fase pós-contratual**. No caso, Embraer e Boeing passaram todo ano de 2019 cumprindo as obrigações do contrato preliminar (MTA) firmado no início do ano, ou seja, o adimplemento das obrigações se deu na fase pós-contratual.

A equipe escreveu “RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA ... Não se aplica ao caso concreto pois segundo a reportagem, não havia nenhuma cláusula mencionando força maior no contrato celebrado” (slide 18) = **todavia** força maior é previsível e a resolução por onerosidade excessiva exige evento imprevisível ou de consequências imprevisíveis.

Há vários **erros metodológicos** na indicação das REFERÊNCIAS.

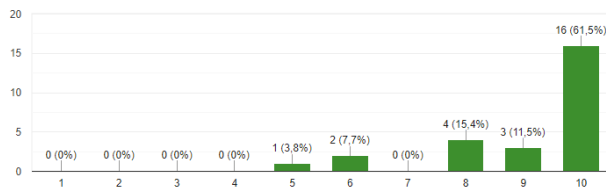
As equipes 1 e 3 apresentaram cópia de mesmo trecho:

	<p>Sobre o princípio da boa-fé Maria Helena Diniz discorre</p> <p>Segundo esse princípio, na interpretação do contrato, é preciso ater-se mais a intenção do que o sentido literal da linguagem, e, em prol do interesse social de segurança das relações jurídicas, as partes deverão agir com lealdade e confiança recíprocas, auxiliando-se mutuamente na formação e na execução do contrato. Daí está ligado ao princípio da probidade.</p> <p>Portanto, o princípio da boa-fé deve ser analisado, <b>perante</b> pena de indenização por perdas e danos para a parte que agir de má-fé já nessa fase.</p> <p>Há também recusa injustificada de contratar que se refere ao rompimento injustificado do contrato por uma das partes. Dessa forma, uma das partes desiste de firmar o contrato com a outra parte, mesmo já tendo criado expectativas na outra de pactuar.</p> <p>Segundo nota publicada pela Embraer, a Boeing rescindiu indevidamente o contrato, ou seja, sem justificativas. Por isso, afirma-se que houve uma recusa injustificada pela parte da Boeing e esta poderá sofrer penas como indenização.</p>	<p>Sobre o princípio da boa-fé Maria Helena Diniz discorre</p> <p>Segundo esse princípio, na interpretação do contrato, é preciso ater-se mais a intenção do que o sentido literal da linguagem, e, em prol do interesse social de segurança das relações jurídicas, as partes deverão agir com lealdade e confiança recíprocas, auxiliando-se mutuamente na formação e na execução do contrato. Daí está ligado ao princípio da probidade.</p> <p>Portanto, o princípio da boa-fé deve ser analisado, <b>perante</b> pena de indenização por perdas e danos para a parte que agir de má-fé já nessa fase. Há também recusa injustificada de contratar que se refere ao rompimento injustificado do contrato por uma das partes. Dessa forma, uma das partes desiste de firmar o contrato com a outra parte, mesmo já tendo criado expectativas na outra de pactuar. Segundo nota publicada pela Embraer, a Boeing rescindiu indevidamente o contrato, ou seja, sem justificativas. Por isso, afirma-se que houve uma recusa injustificada pela parte da Boeing e esta poderá sofrer penas como indenização.</p>	
Obs.	<p>“A União Europeia por ter adiado aprovar as tratativas <b>apenas para proteger</b> a companhia europeia a Air bus” (slide 9) = não há elementos para se afirmar isso!</p> <p>“o <b>proponente seria a BOEING</b>, que manifestou interesse na compra de parte da EMBRAER” (slide 12) = não há elementos para se afirmar isso! Foram muitas propostas e <b>contrapropostas</b> desde o final de 2017 e durante 2018.</p> <p>“após a Boeing ter informado que rescindiu o contrato que previa a formação de uma <b>joint venture</b> com 80% de participação da Boeing e 20% da Embraer” (slide 17) = a joint venture (Boeing Embraer Defense) seria 51% da Embraer e 49% da Boeing; isso é diferente da compra principal (Boeing adquiriu 80% da Embraer e passaria adotar o nome Boeing Brasil Commercial).</p> <p>“a Boeing usou de má fé para não pagar a multa e também não pagar <b>o restante</b> do que foi acordado” (slide 17) = o preço seria pago depois da assinatura final em abril/2020</p> <p>“RESCISÃO ... há <b>necessidade de sentença judicial</b> para sua declaração... Aplica-se ao caso concreto pois a Embraer sentiu-se lesada pelo descumprimento das obrigações da Boeing” (slide 18) = nem sempre há necessidade de sentença para haver rescisão; no caso a Boeing já rescindiu o contrato, eventual medida judicial será para julgar se houve ou não descumprimento, a extensão dos danos, as multas etc.</p>		

## MAT EQUIPE 2:

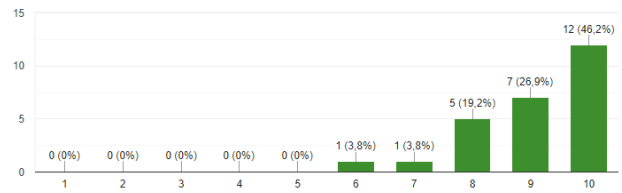
No trabalho da Equipe 2 Mat, foram adequados os elementos (acontecimentos) do caso relacionados às matérias de TGC?

26 respostas



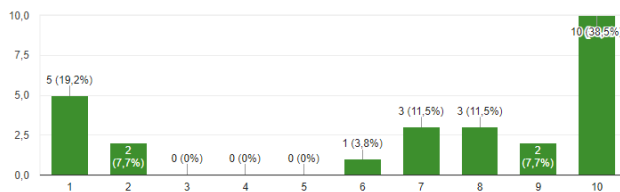
No trabalho da Equipe 2 Mat, as citações de autores realmente ajudam a compreender o caso e as matérias de TGC?

26 respostas



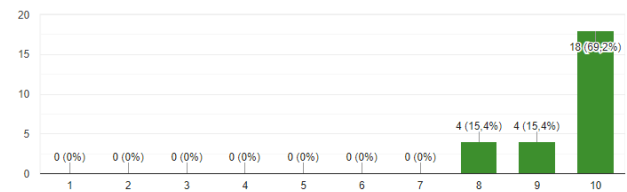
No trabalho da Equipe 2 Mat, as citações de jurisprudência são coerentes com os elementos do caso e as matérias de TGC?

26 respostas



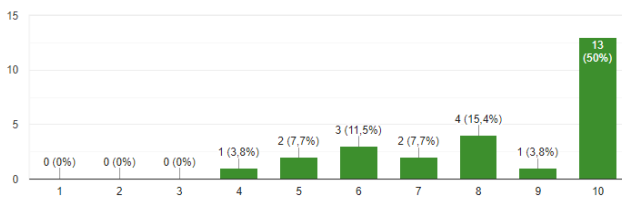
O material produzido pela Equipe 2 Mat é agradável/bom de ser visto/lido/compreendido?

26 respostas



O material produzido pela Equipe 2 Mat apresenta algo inovador ou diferente?

26 respostas



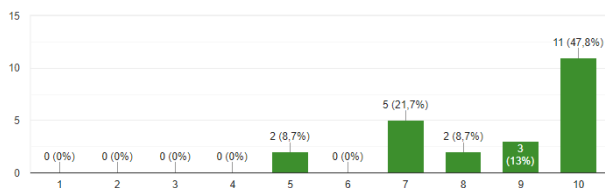
Avaliação	12,5 (colegas) + 12,5 (professora) = 25,0 20% Direito de errar	18,72 +3,74 = <b>22,5</b>
Colegas	9,08+9,08+6,85+9,54+8,35=42,88x0,25	10,72
professora	<p>A equipe escreveu “A Boeing alega que não será possível a convenção do contrato devido aos prejuízos econômicos, em virtude da pandemia do COVID-19. Isso caracteriza caso Fortuito ou Força Maior, ou seja, enquadra na exceção do princípio da obrigatoriedade” (slide 3) = <b>Todavia</b></p> <p><b>1)</b> a reportagem é indica a COVID-19 como uma das causas para o rompimento do acordo. A Boeing alega que a Embraer não cumpriu todas as obrigações do contrato preliminar (MTA) e a própria Embraer afirma que “detalhes mínimos do contrato” teriam se tornado “problemas insolúveis.</p> <p><b>2)</b> os efeitos da pandemia sobre os contratantes se caracterizam como imprevisíveis (e não caso fortuito ou força maior)</p> <p>Não houve <b>nenhuma referência ao caso</b> Embraer-Boeing nos slides <b>5, 8 e 9</b> sobre a função social, extinção e inexecução contratuais.</p> <p>A equipe escreveu “RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL – NEGOCIAÇÕES PRELIMINARES... O objetivo de todos nós era resolver as pendências até a data de rescisão inicial, o que não aconteceu” (slide 6) = <b>Todavia</b> “rescisão” = há contrato. A</p>	<p>9 erros x 0,5 = 4,5</p> <p>12,5 - 4,5 = 8,0</p>

	<p>Boeing <b>não interrompeu as negociações preliminares</b>, mas sim <b>descumpriu o contrato preliminar</b> (MTA) firmado no início de 2019, pelo qual se obrigou a fazer os contratos definitivos: compra dos 80% da Embraer em abr/2020 e depois criação da joint venture para produzir o c-390.</p> <p>A equipe escreveu “contrato preliminar, uma vez que teve início em 2017, mas ainda não foi feita a convenção”, <b>todavia</b> o contrato preliminar é o MTA. No final de 2017 e durante 2018 ocorreram as negociações preliminares.</p> <p>Consta no slide 7 “classificação doS contratoS”, <b>todavia</b> não são indicados quais os contratos que estariam sendo classificados.</p> <p>A equipe <b>não abordou</b> sobre vícios redibitórios.</p>	
Obs.	<p>Se nas Referências consta que o Código Civil foi consultado no site do Planalto, por que houve a indicação (BRASIL, 2003, p. 188)?</p> <p>Há pequenos erros metodológicos na indicação das REFERÊNCIAS.</p> <p>A equipe certificou a confiabilidade dos sites PanRotas e DefesaNet? Neste há expressa indicação de que reproduziu material do jornal O Estado de S. Paulo.</p>	

## MAT EQUIPE 3:

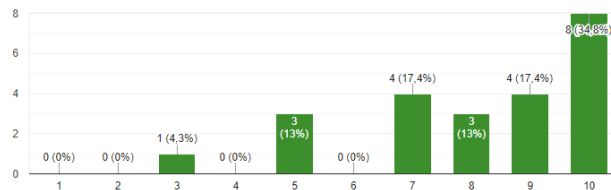
No trabalho da Equipe 3 Mat, foram adequados os elementos (acontecimentos) do caso relacionados às matérias de TGC?

23 respostas



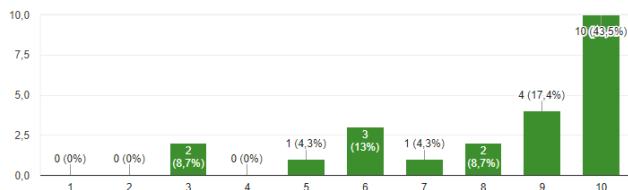
No trabalho da Equipe 3 Mat, as citações de autores realmente ajudam a compreender o caso e as matérias de TGC?

23 respostas



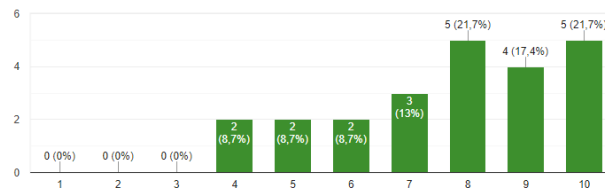
No trabalho da Equipe 3 Mat, as citações de jurisprudência são coerentes com os elementos do caso e as matérias de TGC?

23 respostas



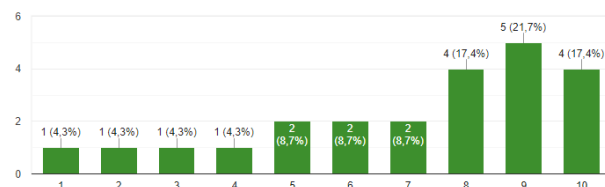
O material produzido pela Equipe 3 Mat é agradável/bom de ser visto/lido/compreendido?

23 respostas



O material produzido pela Equipe 3 Mat apresenta algo inovador ou diferente?

23 respostas



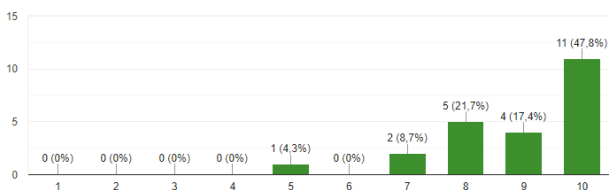
Avaliação	12,5 (colegas) + 12,5 (professora) = 25,0 20% Direito de errar	18,41 +3,68 = <b>22,1</b>
Colegas	8,61+8,09+8,17+7,70+7,09=39,65x0,25	9,91
professora	<p>Faltou indicar as <b>fontes/autores</b> nos slides.</p> <p>Embora a equipe tenha mencionado sobre a fase <b>pré-contratual</b> e sobre <b>rescisão</b>, não houve análise/explicação das fases contratuais na história do caso Embraer-Boeing.</p> <p>A equipe não identificou o <b>contrato preliminar</b> da Embraer-Boeing.</p> <p>A equipe não abordou sobre <b>vícios redibitórios</b>.</p> <p>A equipe escreveu “Há também <b>recusa injustificada de contratar</b> que se refere ao <b>rompimento</b> injustificado do contrato por uma das partes” (slide 8). <b>Todavia</b> recusar de contratar=desistir (ainda não há contrato) enquanto que romper=descumprir (já há contrato).</p> <p>Parabéns pela abordagem “diferente” do compromisso arbitral! Todavia a citação da jurisprudência (slide 9) <b>não foi contextualizada</b> (ficou “solta”).</p> <p>As equipes 1 (Thalles) e 3 (Caio) apresentaram cópia de mesmo trecho:</p>	<p>7 erros x 0,5 = 3,5</p> <p>Difer + 0,5</p> <p>Cópia - 1,0</p> <p>12,5 -3,0 +0,5 - 1,0 = 8,5</p>

	<p>Sobre o princípio da boa-fé Maria Helena Diniz discorre</p> <p>Segundo esse princípio, na interpretação do contrato, é preciso ater-se mais a intenção do que o sentido literal da linguagem e, em prol do interesse social de segurança das relações jurídicas, as partes deverão agir com lealdade e confiança recíprocas, auxiliando-se mutuamente na formação e na execução do contrato. Daí está ligado ao princípio da probidade.</p> <p>Portanto, o princípio da boa-fé deve ser analisado, <b>perante</b> pena de indenização por perdas e danos para a parte que agir de má-fé já nessa fase.</p> <p>Há também recusa injustificada de contratar que se refere ao rompimento injustificado do contrato por uma das partes. Dessa forma, uma das partes desiste de firmar o contrato com a outra parte, mesmo já tendo criado expectativas na outra de pactuar.</p> <p>Segundo nota publicada pela Embraer, a Boeing rescindiu indevidamente o contrato, ou seja, sem justificativas. Por isso, afirma-se que houve uma recusa injustificada pela parte da Boeing e esta poderá sofrer penas como indenização.</p>	<p>Sobre o princípio da boa-fé Maria Helena Diniz discorre</p> <p>Segundo esse princípio, na interpretação do contrato, é preciso ater-se mais a intenção do que o sentido literal da linguagem, e, em prol do interesse social de segurança das relações jurídicas, as partes deverão agir com lealdade e confiança recíprocas, auxiliando-se mutuamente na formação e na execução do contrato. Daí está ligado ao princípio da probidade.</p> <p>Portanto, o princípio da boa-fé deve ser analisado, <b>perante</b> pena de indenização por perdas e danos para a parte que agir de má-fé já nessa fase. Há também recusa injustificada de contratar que se refere ao rompimento injustificado do contrato por uma das partes. Dessa forma, uma das partes desiste de firmar o contrato com a outra parte, mesmo já tendo criado expectativas na outra de pactuar. Segundo nota publicada pela Embraer, a Boeing rescindiu indevidamente o contrato, ou seja, sem justificativas. Por isso, afirma-se que houve uma recusa injustificada pela parte da Boeing e esta poderá sofrer penas como indenização.</p>	
Obs.	<p><b>“Consensualismo: onde X é um contrato mutuo, onde X este exigiu o consenso” (slide 3)</b></p> <p>= como contrato de mútuo é o “nome” do empréstimo de coisa fungível, a frase da equipe não ficou adequada; poderia ser: um contrato com mútuas vontades ou um contrato com mútuo consenso.</p> <p>Há pequenos erros metodológicos na indicação das REFERÊNCIAS.</p>		

## MAT EQUIPE 4:

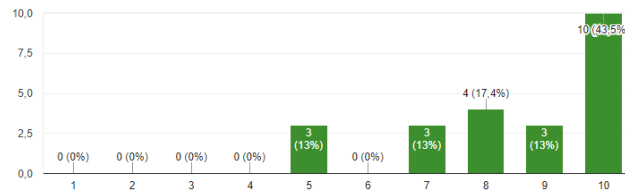
No trabalho da Equipe 4 Mat, foram adequados os elementos (acontecimentos) do caso relacionados às matérias de TGC?

23 respostas



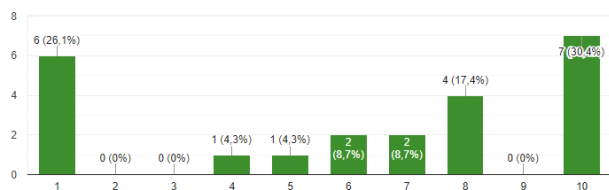
No trabalho da Equipe 4 Mat, as citações de autores realmente ajudam a compreender o caso e as matérias de TGC?

23 respostas



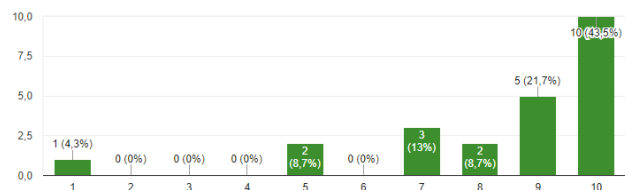
No trabalho da Equipe 4 Mat, as citações de jurisprudência são coerentes com os elementos do caso e as matérias de TGC?

23 respostas



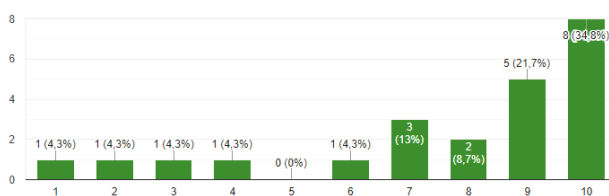
O material produzido pela Equipe 4 Mat é agradável/bom de ser visto/lido/compreendido?

23 respostas



O material produzido pela Equipe 4 Mat apresenta algo inovador ou diferente?

23 respostas



Avaliação	12,5 (colegas) + 12,5 (professora) = 25,0 20% Direito de Errar	18,93 +3,78 = <b>22,7</b>
Colegas	8,91+8,48+6,22+8,39+7,74=39,74x0,25	9,93
professora	<p>Parabéns pela indicação “diferente” sobre a cláusula resolutiva expressa.</p> <p>A descrição do contexto do caso (slide 9) <b>não foi analisada/explicada</b> quanto às consequências jurídicas (valor do negócio ficou desproporcional hoje em relação a antes)</p> <p>A equipe escreveu “ressalta-se também a presunção de que a Boeing rompeu indevidamente o acordo que vinha sendo costurado desde 2017” (slide 10), <b> todavia:</b>  1) <b>não há explicação</b> por que haveria essa presunção de culpa da Boeing; ela alega que a Embraer não cumpriu todas as obrigações do contrato preliminar (MTA) e a própria Embraer afirma que “detalhes mínimos do contrato” teriam se tornado “problemas insolúveis;  2) “acordo que vinha sendo costurado desde 2017” = como se <b>não existisse</b> contrato, mas a própria equipe identifica que houve sim contrato preliminar que foi rescindido.</p> <p><b>Não houve explicação</b> do que seria função social no caso Embraer e Boeing (slide 11)</p> <p>A equipe não abordou sobre as <b>fases contratuais</b> no caso Embraer e Boeing.</p> <p>A equipe <b>não indicou classificações</b> dos contratos.</p>	<p>7 erros X 0,5 = 3,5</p> <p>Dif + 0,5</p> <p>12,5 - 3,5 + 0,5</p> <p>9,0</p>

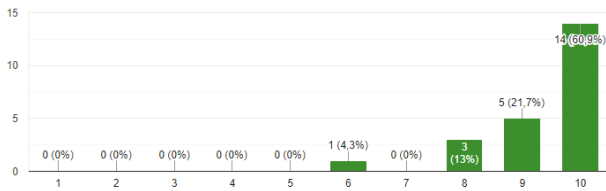


	Há <b> muitos erros</b> de português (citei apenas um exemplo abaixo, mas há problemas em outros slides).	
Obs.	<p>“A Boeing, fabricante de aviação norte americana, <u>cancelou</u> o acordo de compra do controle da divisão de jatos comerciais da Embraer por 4,2 bilhões de dólares. A Embraer, fabricante brasileira, alegou que a Boeing <u>rescindi</u>u o contrato indevidamente” = a palavra “cancelou” não é adequada ao contexto, indica como se o acordo/contrato ainda não existisse; mas o contrato preliminar existia sim e foi rescindido. Se não fosse a referência à rescisão do contrato (MTA), a ideia do cancelamento não teria problema: Boeing cancela a compra = Boeing desiste do contrato definitivo (que ainda não existia).</p> <p>“<b>Devido a</b> toda a repercussão a respeito do fato, houve uma <u>infinidade</u><b>X</b> de danos a ambas as empresas, tais como danos morais, <u>materiais e patrimoniais?</u> <b>X</b> <b>Tendo em vista</b> que houve uma desvalorização comercial <u>das mesmas</u><b>X</b>, <u>em que</u><b>X</b> teve uma queda do valor acionário.” = há muitos erros de português e erros de raciocínio lógico.</p> <p>Há erros metodológicos na indicação das REFERÊNCIAS.</p>	

## MAT EQUIPE 5:

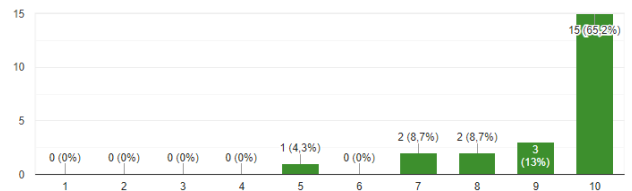
No trabalho da Equipe 5 Mat, foram adequados os elementos (acontecimentos) do caso relacionados às matérias de TGC?

23 respostas



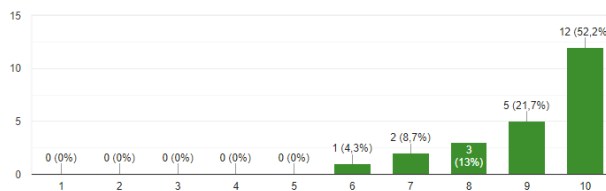
No trabalho da Equipe 5 Mat, as citações de autores realmente ajudam a compreender o caso e as matérias de TGC?

23 respostas



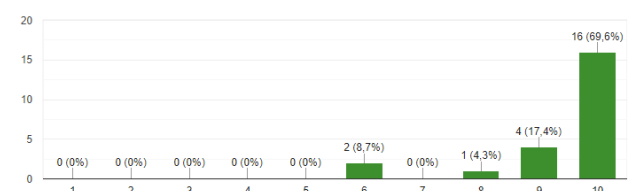
No trabalho da Equipe 5 Mat, as citações de jurisprudência são coerentes com os elementos do caso e as matérias de TGC?

23 respostas



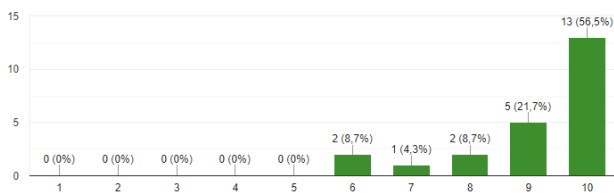
O material produzido pela Equipe 5 Mat é agradável/bom de ser visto/lido/compreendido?

23 respostas



O material produzido pela Equipe 5 Mat apresenta algo inovador ou diferente?

23 respostas



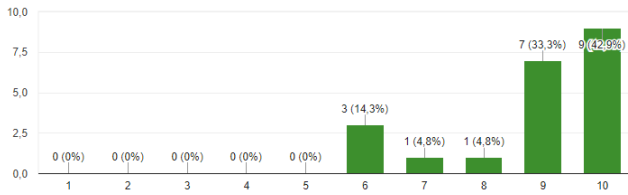
Avaliação	12,5 (colegas) + 12,5 (professora) = 25,0 20% Direito de errar	20,04 +4,0 = <b>24,0</b>
Colegas	9,35+9,22+9,09+9,39+9,13=46,17x0,25	11,54
professora	<p>Parabéns pela abordagem “diferente” sobre a desvalorização da Embraer como fato de excessiva onerosidade (slide 26), todavia a equipe não apresentou que antes Embraer valia R\$ 19,8 bi e hoje vale R\$ 6,1 bi.</p> <p>Embora haja “soltas” referências a princípios desrespeitados no slide 8 e uma análise no caso no slide 13, o negócio Embraer-Boeing só foi realmente <b>analisado a partir do slide 19</b>. Houve apresentação de matérias sem nexo/relação com o caso (Avaliação: quais matérias de TGContratos 2020/1 podem ser identificadas e analisadas na história/caso da Embraer e Boeing?)</p> <p>O princípio da boa-fé objetiva foi apresentado no slide 8 e depois analisado no slide 21, mas o princípio da obrigatoriedade <b>não foi apreciado</b> no caso Embraer-Boeing.</p> <p>A equipe escreveu - “RESPONSABILIDADE CIVIL NA FASE PRÉ-CONTRATUAL... No caso da acusação da Embraer contra a Boeing de rompimento indevido” (slide 13)</p>	<p>9 erros x 0,5 = 4,5</p> <p>Dif + 0,5</p> <p>12,5 - 4,5 + 0,5 = 8,5</p>

	<p>- “Embraer... poderá optar pela adjudicação compulsória, obrigando a empresa Boeing a efetuar o integral cumprimento do contrato preliminar, ou pelo desfazimento do contrato, cumulado com perdas e danos” (slide 19)</p> <p>= <b>Todavia</b> a equipe mistura negociações preliminares com pré-contrato. A Boeing <b>não interrompeu as negociações preliminares</b>, mas sim <b>descumpriu o contrato preliminar</b> (MTA) firmado no início de 2019, pelo qual se obrigou a fazer os contratos definitivos: compra dos 80% da Embraer em abr/2020 e depois criação da joint venture para produzir o C-390.</p> <p>A equipe escreveu (slide 20)</p> <p><b>CONTRATO PRELIMINAR EMBRAER X BOEING</b></p> <p>1) Contrato de compra e venda Contrato Preliminar</p> <p><b>Todavia</b> a compra e venda seria o contrato definitivo a ser efetivado em abr/2020 conforme previsto no contrato preliminar firmado no início de 2019 (MTA).</p> <p>A equipe escreveu (slide 20)</p> <p>2) Rescisão de contrato fora do prazo -</p> <p>Implica em inadimplência - Embraer sem cumprir as obrigações, o contrato pode ser rescindido sem perdas e danos. (art.475)</p> <p><b>Todavia</b> há incongruências/erros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>rescisão não é causa de inadimplência</b>, mas sim consequência;</li> <li>- a rescisão foi pleiteada “dentro” do prazo (24/05/2020); haveria obrigações da Embraer “fora” do prazo (conforme alegações da Boeing);</li> <li>- a rescisão do contrato por falta de cumprimento de obrigações <b>autoriza sim</b> perdas e danos (CC, art. 475)</li> </ul> <p>A equipe <b>não classificou</b> especificamente os contratos da Embraer-Boeing</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- preliminar - MTA e</li> <li>- definitivo (desejado) da compra e venda</li> </ul> <p>A equipe <b>não abordou</b> sobre vícios redibitórios.</p> <p>A equipe escreveu que a Embraer poderia <b>optar</b> entre a adjudicação compulsória (obrigar a Boeing a ficar com 80% dela) ou o desfazimento do contrato (slide 19), mas depois escreveu que a Embraer buscará recomposição pelos danos sofridos em razão do <b>inadimplemento absoluto</b> (slide 23) = <b>todavia</b> a equipe mistura inadimplemento absoluto (quando só caberia indenização porque a prestação contratada se tornou impossível) e inadimplemento relativo (quando ainda seria possível cumprir a prestação contratada, ainda sendo possível a indenização, mas menor porque haverá a prestação contratada).</p>	
Obs.:	<p>A equipe escreveu: “Após serem levados a juízo e <b>se comprovada a veracidade dos fatos alegados pela empresa Embraer</b>, esta poderá optar pela <b>adjudicação compulsória</b>, obrigando a empresa Boeing a efetuar o integral cumprimento do contrato preliminar, ou pelo <b>desfazimento do contrato</b>, cumulado com perdas e danos.” (slide 19, com citação no slide 25). <b>Todavia</b>, embora na legislação brasileira (CC, arts. 463 e 465) haja previsão de que o promitente comprador possa exigir a celebração do contrato definitivo, isso não se aplica ao caso Embraer-Boeing porque não foi previsto no contrato preliminar (MTA).</p> <p>Há erros nas indicações das fontes/autores e nas Referências.</p> <p>Há slides com conteúdo teórico/técnico sem indicação de fonte/autor.</p> <p>Não foi explicada relação entre a citação de Maquiavel e o caso Embraer-Boeing.</p>	

## MAT EQUIPE 6:

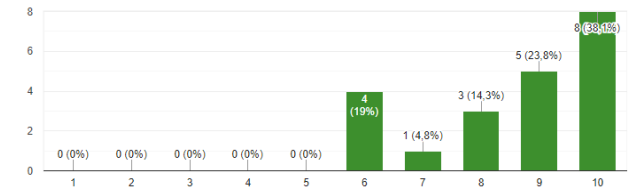
No trabalho da Equipe 6 Mat, foram adequados os elementos (acontecimentos) do caso relacionados às matérias de TGC?

21 respostas



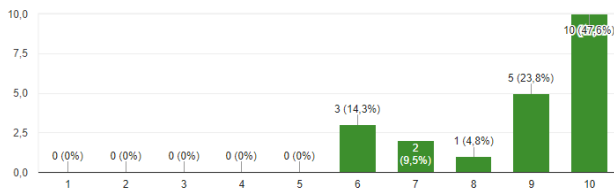
No trabalho da Equipe 6 Mat, as citações de autores realmente ajudam a compreender o caso e as matérias de TGC?

21 respostas



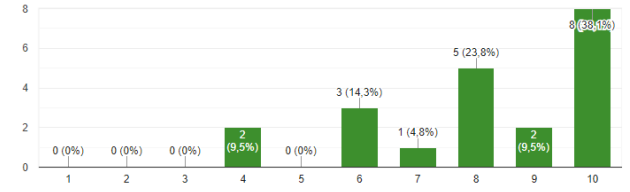
No trabalho da Equipe 6 Mat, as citações de jurisprudência são coerentes com os elementos do caso e as matérias de TGC?

21 respostas



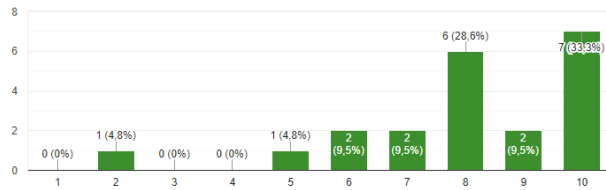
O material produzido pela Equipe 6 Mat é agradável/bom de ser visto/lido/compreendido?

21 respostas



O material produzido pela Equipe 6 Mat apresenta algo inovador ou diferente?

21 respostas



Avaliação	12,5 (colegas) + 12,5 (professora) = 25,0 20% Direito de errar	17,11 +3,42 = <b>20,5</b>
Colegas	8,86+8,57+8,81+8,14+8,05=42,43x0,25	10,61
professora	<p>No slide 4 consta o título “memorando de entendimento” e há indicação de princípios contratuais. <b>Todavia</b> o “memorando de entendimento” ainda não é contrato, integra a fase das negociações preliminares, a ele não se aplicam todos os princípios contratuais.</p> <p>Apesar de a equipe citar “rescisão” e “descumprimento” no slide 4, <b>faltou apresentar explicações jurídicas</b> do que sejam essas questões.</p> <p>A equipe escreveu “força obrigatória, Art. 331 C.C – Este princípio diz que o pactuado é para ser cumprido ‘Pacta sunt servanda’ (slide 7) = <b>todavia</b> o art. 331 se refere ao tempo de cumprimento da obrigação, e não ao <i>pacta sunt servanda</i>.</p> <p>A equipe escreveu “Relatividade, Art. 506 CPC – A relação contratual diz respeito apenas às partes envolvidas, como se fosse lei entre estas. É caracterizado também pelo teor do contrato como sigiloso entre as partes” = <b>todavia</b> o art. 506 CPC <b>não se refere à relatividade</b> dos contratos, mas sim aos efeitos da sentença; por outro lado, nem relatividade contratual nem processo judicial significam <b>automático sigilo</b>.</p>	<p>11 erros x 0,25 = 5,5</p> <p>12,5 - 5,5 = 6,5</p>

	<p>Embora no slide 10 tenha havido análise dos princípios da boa-fé, função social e obrigatoriedade, <b>não houve análise</b> em relação caso Embraer e Boeing dos <b>princípios</b> indicados nos slides 4, 7 e 8 e das <b>formas de extinção contratual</b> citadas no slide 9.</p> <p>Embora a equipe tenha explicado a <b>teoria da imprevisão</b> (slides 10 e 11), <b>não analisou</b> se/como/por que ocorre no caso Embraer-Boeing.</p> <p>A citação da jurisprudência (slide 12) <b>não foi contextualizada</b> (ficou “solta”).</p> <p>Embora tenha havido 2 citações de Maria Helena Diniz (slides 10 e 11), faltou indicar as <b>fontes/autores</b> nos slides e no final constar as <b>Referências</b> (todos os livros, sites e materiais consultados).</p> <p>Há <b>muitos erros</b> de português (citei apenas um exemplo abaixo, mas há problemas em outros slides).</p>	
Obs.	<p>“As <b>tratativas</b> começaram em 2017. <b>Quando</b> a maior rival da Boeing, a europeia Airbus comprou a linha de jatos regionais C-Series da canadense Bombardier. <b>Sendo</b> essa maior rival da Embraer ocupando segundo posto no mercado regional. <b>Fazendo</b> com que a Boeing e a Embraer se interessassem também <b>em</b> alargar suas escalas de venda. Essa junção de interesses chega ao governo <b>Brasileiro</b>, por ser <b>esse</b> detentor de ação especial que permitia <b>vetar</b> qualquer <b>tratativa</b>X. Durante um ano o Ministério da Defesa trabalhou de forma a contemplar todos envolvidos. <b>Para</b> obtenção do MTA (Acordo Global da Operação).” = há muitos erros de português e de raciocínio jurídico</p> <p>O título do slide 3 (“Em fase de negociação...”) pode confundir o leitor. Como a equipe explicou no slide 2: a fase das negociações preliminares foi do final de 2017 até o MTA (contrato preliminar) no início do governo.</p>	